

entrevista da semana

Cida Gonçalves, ministra das Mulheres

# 'Lutamos por Secretarias da Mulher'



**RAIO X**  
Nome: Aparecida Gonçalves  
Idade: 62 anos  
Local de nascimento: Ciemerônia, São Paulo; mora em Campo Grande, Mato Grosso  
Formação: Publicidade e Propaganda  
Hobby: Reunir-se com amigos  
Estado civil: Solteira  
Local predileto: Casa  
Livro que recomenda: *Misoginia na Internet: Uma Década em Diálogo por Diálogos*, da advogada Mariana Valente e jornalista brasileira  
Personalidade que marcou sua vida: Heloeth Saffoti (psicóloga feminista e jornalista brasileira)  
Profissão: Ministra; publicitária; ativista; consultora em políticas públicas ao gênero e violência contra a mulher  
Onde trabalha: Ministério das Mulheres do Governo Federal, em Brasília

**LAYS BENTO**  
laysbento@diario.com.br

Cida Gonçalves, ministra das Mulheres do Brasil, contou, em entrevista exclusiva ao Diário, quais os principais desafios em torno do trabalho voltado à

igualdade. Um deles, é o incentivo para a criação de Secretarias da Mulher em cada uma das sete cidades da região – apenas Santo André, Mauá e São Caetano possuem Pastas exclusivas. Na esfera nacional, a representante do governo da presidente

Luis Inácio Lula da Silva (PT) confessa decepção com os sindicatos patronais da indústria e do comércio, que foram à Justiça contra a equidade salarial de gênero: "Acho que lugar de mulher é na cozinha, lavando e passando".

Segundo a última pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em um ano, pelo menos 20 milhões de mulheres sofreram ter sofrido algum tipo de violência (verbal, física, sexual ou moral). A gravidade deste dado já é um bom ponto de partida para esta conversa.

Com certeza. Tanto que aqui cabe uma contextualização. Aboli minha empresa depois do golpe da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e já tinha ficando 17 anos no ramo político. Quando conheci três contrários com o Banco Mundial, o presidente (Lula, PT) me chamou para ser ministra. Não queria no início e só fui informada, após aceitar, sobre as duas missões mais importantes que recaririam nas minhas mãos. Primeiro, ele me disse: "Eu não quero ser presidente da República de um País onde as mulheres ganham menos que os homens pelo mesmo serviço e função". Depois de perguntar qual seria o segundo desafio, e ele dizer: "eu quero feminicídios (assinato de mulheres) zero nesse Brasil", até questionar a ele se poderia desistir de ser ministra. Principalmente porque, se a gente partir para discussões sobre quais são as formas de diminuir o número de feminicídios, por exemplo, retornamos sempre a um ponto em comum: é preciso acabar com as diversas formas de violência. Para isso, é só destruindo o ódio e a intolerância mesmo. E este mal está hoje intrinseco nas ruas; começa nos espaços públicos e assim vai parar dentro de casa.

De fato, o Diário reportou que, no primeiro trimestre deste ano, as denúncias de violência pelo Disque 100 dispararam 45% no Grande ABC. Para além das medidas que já existem, o que mais é necessário para esta realidade mudar?

Há autorização da sociedade para que isso aconteça. Portanto, o que a gente precisa é pegar a raiz de tudo. E por mais que nós, enquanto poder público, possamos fazer a construção de 5.600 Casas da Mulher Brasileira (o País tem 5.570 municípios) como lo-



**"O ódio não nos matará. Se queremos nos matar ou nos privar do que conquistamos, seremos força."**

casos de acolhimento, ainda não daremos conta de vencer o feminicídio. Precisamos ter uma atitude da sociedade, isto é: ouvir um grito? Liga no 190! Nós precisamos que as pessoas partam do gesto individual para o coletivo, a fim de que a gente possa fortalecer as políticas. Um dos planos do governo é, dentro do programa Brasil Sem Misoginia (tema atribuído ao ódio e desprezo pelas mulheres), envolver as empresas para mudanças organizacionais que protejam as mulheres. Outra questão ao nível de políticas públicas que trabalharemos é o fortalecimento do uso das tornozeleiras eletrônicas, de modo que o próprio Estado comunique quando o agressor está chegando perto da vítima por um sistema de chip no celular. De resto, a ideia é reforçar mais as Patrulhas Maria da Penha, para justamente acompanhar as medidas protetivas de urgência.

Falando agora de violência obstétrica, recentemente ganharam repercussão esta-

duais casos de negligência a gestantes no Hospital da Mulher de São Bernardo. Como especialista, qual caminho a senhora sugere para este enfrentamento?

Na verdade, a gente está em fase de discussão com a Nísia Trindade (ministra da Saúde) de uma proposta para linha de atuação na saúde integral da mulher. A saúde integrada parte do pressuposto de se acompanhar desde os pré-natais todos os processos da gestação e com isso diminuir a violência obstétrica. O segundo pilar é fortalecer a questão das doulas (acompanhantes para garantir o bem-estar da paciente, em colaboração com os profissionais de saúde). Neste processo e no momento do parto, elas são importantes. Mas antes de tudo, precisamos que a população e as mulheres saibam que isso é um direito. Estes são direitos que acreditamos que possam diminuir a violência gestacional, que acontece principalmente na hora de dar à luz.

A relação do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) propôs como tema a invisibilidade do trabalho no ambiente doméstico. Candidatas, na internet, apontaram que o assunto se relacionava com uma dinâmica econômica anterior em que as mulheres tinham pouca participação no mercado de trabalho – hoje elas são 53%, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Como avalia esta questão da invisibilidade atrelada ao protagonismo feminino no mercado de trabalho?

Quando achamos que nossa igualdade e direitos estão conquistados, descobrimos que não. No mercado, para isso, acredito serem necessários dois passos. O primeiro é que, para a mulher ascender profissionalmente, precisamos de mais mulheres em espaços de poder – principalmente nas empresas. Se não restabelecermos a divisão de tarefas entre homens e mulheres dentro de casa, como vamos melhorar as relações organizacionais corporativas e do Estado Brasileiro? Se o País não achar cami-

nhos e respostas para esta pergunta, não vamos dar conta de ter este protagonismo feminino no trabalho. E esta conversa parte não apenas de que um homem tenha iniciativa para lavar a louça ou pegar as crianças na creche, por exemplo, mas de políticas públicas que possam garantir a elas mais tempo. Os serviços públicos deverão ser pensados para que elas façam também o que querem – e por que não isto também pode ser se maquiuar ou ver novela? Para se ter ideia, depois daqueles dois desafios atribuídos pelo Lula e que comentei pouco antes, não dormi até tomar posse. Escrevemos (com Luis Marinho, ministro do Trabalho e Emprego, e Jorge Messias, advogado-geral da União) a Lei da Igualdade Salarial. Pensei que não era possível que em pleno século XXI, nos lugares em que as mulheres estão e ocupam, haja quem se queira contra a igualdade salarial entre homens e mulheres. E então vi que apostei errado na Câmara Federal, quando



**"Quando achamos que igualdade e direitos estão conquistados, descobrimos que não."**

tivemos 37 votos contrários, dos quais 26 foram de mulheres. Ela foi aprovada pelo Congresso em 90 dias, mas aí vem uma Confederação Nacional da Indústria e uma Confederação Nacional do Comércio e entram com pedido no STF (Supremo Tribunal Federal) de inconstitucionalidade. Imagine: nós temos duas confederações deste País que são contra a igualdade. E aí eles podem dizer que não é bem assim, de que são contra a regulamentação dos relatórios de transparência corporativa. Mas como vamos saber o andamento desta causa se não houve transparência das empresas? Até porque igualdade a gente tem supostamente desde a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) em 1943 e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 reafirmou isto. Se eles cumprissem, não precisávamos de nova lei. Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), como está hoje, o mundo demorará 300 anos para obter igualdade salarial entre homens e mulheres. A gente não tem tempo para isto! Outro dado da ONU é que a diferença de gênero é estimada em 25% até 2025 e que isto custa US\$ 5,8 trilhões, com impacto positivo de mais de US\$ 1 trilhão para os empresários. São contra as regulamentações por um simples motivo, na minha avaliação: acham que lugar de mulher é na cozinha, lavando e passando. Mas para este lugar a gente só volta se for por gostar.

A srta. tem abordado em entrevistas a pauta da violência política, sobretudo. Sente que de alguma forma o Ministério das Mulheres é subestimado? Há ligação nesta observação sob a percepção do movimento feminista atual?

É importante o fato do presidente empoderar e ter essa pauta muito forte na vida dele, por acompanhar também a violência que a mãe sofreu. É uma experiência e pauta que o Lula fala a toda hora. Isto não significa que a gente não tenha problemas, a gente tem um orçamento pequeno e muita coi-

sa a consolidar ainda no País. O grande desafio de ter um ministério forte não passa só pela questão de empoderamento do machismo, mas sim pela capacidade de ter capilaridade e real atuação política. Referente aos movimentos feministas, a gente estava acostumado com o estilo dos anos 1980, mas ainda é hiper atuante em pontas de territórios, principalmente no digital. É importante que a internet seja segura para as mulheres. Acho que violência nas redes sociais é uma das maiores, principalmente para quem tem mais visibilidade. O ódio não nos matará; se quer nos privar, seremos força.

Cinquenta e dois por cento do Grande ABC é feminino. Esta parcela da região pode aguardar alguma novidade?

Não existe democracia se você não inclui 52% da população. No último compromisso presencial em São Bernardo, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a gente enalteceu a importância de que cada cidade tenha sua Secretaria da Mulher. Colocamos também candidatas a prefeito. Lutamos por Secretarias da Mulher em todo o Grande ABC: precisamos que o que passa em Brasília na esfera federal, se cumpra aqui, ao nível municipal. Inclusive, Mauá e Rio Grande da Serra, recentemente, foram incluídas, por exemplo, para receber intervenções em creches no novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) Seleções.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: 4